



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 12/XIV/ 1.ª SL

Aos 10 dias do mês de março de 2020, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

PARTE I

Apresentação do relatório anual do Tribunal de Contas Europeu relativo ao exercício de 2018, pelo senhor Juiz João Figueiredo.

Audição conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças.

PARTE II

1. Informações

2. Nomeação de Deputados Autores de Parecer, no âmbito de iniciativas legislativas: Conta Geral do Estado (CGE) 2018

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD

Prazo para envio: 31/03/2020

3. **Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda " Audição, com caráter de urgência, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, da Plataforma de Apoio aos Refugiados e da Associação HuBB - Humans Before Borders, no seguimento da tragédia humanitária iminente na fronteira turca-grega."**

4. Outros Assuntos



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 12/XIV/ 1.ª SL

PARTE I

Apresentação do relatório anual do Tribunal de Contas Europeu relativo ao exercício de 2018, pelo senhor Juiz João Figueiredo.

Audição conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças.

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputado Luís Capoulas Santos, iniciou os trabalhos cumprimentando o Senhor Juiz João Figueiredo e enquadrando a audição no âmbito da apresentação do relatório anual do Tribunal de Contas Europeu (TCE). Saudou ainda o Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), Deputado Filipe Neto Brandão, com quem anunciou partilhar esta audição conjunta, o qual também se associou aos cumprimentos que foram endereçados ao Senhor Juiz João Figueiredo.

Na sua intervenção inicial, o Senhor Juiz João Figueiredo começou por enquadrar o TCE no âmbito das instituições europeias, fazendo depois uma brevíssima apresentação da sua organização, competências e principais produtos. Deu particular ênfase à proposta da Comissão Europeia relativa ao Quadro Financeiro Plurianual, com referência aos vários pareceres de propostas legislativas nesta matéria. Prosseguiu com a apresentação dos principais resultados do Relatório anual, nomeadamente no que respeita ao nível de execução das despesas, salientando ainda alguns dos principais desafios que a gestão orçamental e financeira que o QFP enfrenta. Referiu ainda que o acréscimo dos pedidos de pagamento aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) bem como o aumento das garantias prestadas representam também um aumento da exposição ao risco. Referiu também que o valor das autorizações por liquidar é bastante elevado e tem crescido. Aludiu aos fluxos financeiros entre a UE e Portugal e apresentou a Declaração de Fiabilidade.

Finalizou enunciado as principais conclusões do Relatório que constata, por um lado, a melhoria dos sistemas de gestão e controlo e, por outro, a acumulação anormal de pedidos de pagamento.

Após esta intervenção, usaram da palavra os Senhores Deputados da Comissão de Assuntos Europeus, Fernando Ferreira (PS) que colocou questões referentes à



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 12/XIV/ 1.ª SL

aceleração dos pedidos de pagamentos dos fundos estruturais e previsão da sua manutenção em 2019, sobre a acumulação anormal de pagamentos por liquidar e o tempo que decorre entre o pedido e a autorização do pagamento com o efetivo pagamento, e ainda sobre medidas para a redução da margem de erro do total de pagamentos; Isabel Meirelles (PSD) solicitou esclarecimentos em relação à opinião, com reservas, emitida pelo TCE sobre a regularidade das operações financeiras no domínio da coesão e desenvolvimento rural e a situação concreta de Portugal, referiu a necessidade de simplificar as regras referentes aos fundos comunitários e que intervenção pode ter o TCE enquanto auditor externo nesse âmbito, mencionado ainda os 9 casos comunicados ao OLAF – Organismo Europeu de Luta Antifraude; Beatriz Dias (BE) solicitou esclarecimentos sobre os fundos europeus para o desenvolvimento, alguns erros apontados sobre os programas de asilo e de apoio aos refugiados e o parecer emitido pelo TCE sobre a reforma da PAC; e Bruno Dias (PCP) referiu o quadro diferenciado de responsabilidades distribuídas entre múltiplos organismos, os indicadores de desempenho utilizados, a complexificação de procedimentos e das condições de elegibilidade, e mencionou também os 9 casos comunicados ao OLAF.

O Juiz do TCE, Dr. João Figueiredo, respondeu individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados da Comissão de Assuntos Europeus, Beatriz Dias (BE) que questionou como é que tem sido articulada a definição do Quadro Financeiro Plurianual, as prioridades e as considerações estratégicas; e Bruno Dias (PCP) questionou que ilações se podem retirar da análise efetuada para o futuro e para o Quadro Financeiro Plurianual, bem como se as soluções apresentadas correspondem aos alertas e às preocupações suscitados pelo TCE.

O Juiz do Tribunal de Contas Europeu, Dr. João Figueiredo respondeu às questões colocadas em conjunto.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 12/XIV/ 1.ª SL

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente deu por concluída a audição.

PARTE II

1. Informações

O Senhor Presidente da CAE, Deputado Luís Capoulas Santos, informou os Senhores Deputados do seguinte:

- a) Agendamento de uma reunião ordinária CAE para as 14h00, no próximo dia 17 de março, para aprovação de pareceres de escrutínio de iniciativas europeias;
- b) Alteração do horário da reunião de mesa e Coordenadores para as 14h00 no dia 24 de março – audição/visita de delegação checa, em conjunto com a 2.ª Comissão – uma vez que se encontra agendada reunião Plenária no mesmo dia às 15h00, relembrando o Senhor Presidente da CAE que é uma reunião aberta a todos os que queiram participar;

2. Nomeação de Deputados Autores de Parecer, no âmbito de iniciativas legislativas: Conta Geral do Estado (CGE) 2018

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD

Prazo para envio: 31 /03/2020

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Duarte Marques como autor deste parecer.

3. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda " Audição, com caráter de urgência, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, da Plataforma de Apoio aos Refugiados e da Associação HuBB - Humans Before Borders, no seguimento da tragédia humanitária iminente na fronteira turca-grega."



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 12/XIV/ 1.ª SL

Como ponto prévio, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu que, independentemente da bondade ou não do conteúdo de requerimento, a verdade é que o ponto da ordem de trabalhos havia sido acrescentado à agenda da reunião e o documento distribuído poucas horas antes da mesma ter início; e como representante de um grupo parlamentar – não estando por isso a título individual ou como “não inscrito” – considerava indispensável essa articulação e análise em tempo útil, o que manifestamente não era o caso. Considerou por isso não existirem condições para fazer tal discussão naquele momento, discordando da alteração da agenda praticamente em cima da reunião da comissão.

A Senhora Deputada Beatriz Dias (BE) realçou a importância de os Grupos Parlamentares terem tempo para decidir, no entanto, dado a precipitação de alguns acontecimentos que se foram agudizando ao longo do tempo, o grupo parlamentar do BE entendeu que seria relevante apresentar o presente requerimento solicitando, com carácter de urgência, a audição do senhor Ministro para que se possa esclarecer como é que Portugal vai responder à necessidade de acolher pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade no espaço entre a fronteira grega e a fronteira turca, e designadamente em relação às declarações feitas pelo Senhor Ministro e pela Presidente da Comissão Europeia sobre a possibilidade de Portugal acolher crianças não acompanhadas.

A Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), invocando o direito potestativo dos Grupos Parlamentares para requerer o adiamento da discussão e votação do requerimento, referiu que perante a apresentação feita pela Senhora Deputada Beatriz Dias poderá estar em causa uma questão mais vasta sobre a posição da União Europeia e do Governo Português em relação ao conflito, bem como a questão dos refugiados, sendo necessário mais tempo para analisar o mesmo e verificar que entidades devem ser ouvidas. A Senhora Deputada Isabel Meirelles (PSD), na senda do que foi referido antes, indicou que subscrevem esta posição e também gostariam de ter mais tempo para perceber o fundamento do requerimento, havendo uma questão colateral em causa, não sendo despiciendo ouvir o Embaixador da Turquia e o Embaixador da Grécia em Portugal, uma vez que se trata de uma matéria que releva na política nacional e na política europeia concertada, tendo feito referência às conclusões de Helsínquia e à condenação feita à Turquia.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 12/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente da CAE colocou à consideração 2 hipóteses: a realização de uma reunião extraordinária e em caso positivo, em que data; ou a discussão e votação do requerimento na próxima reunião ordinária da CAE, a realizar no dia 17 de março.

Não tendo havido consenso quanto ao agendamento de uma reunião extraordinária, o requerimento será discutido e votado na próxima reunião ordinária da CAE.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) sugeriu a definição de regras procedimentais quanto à alteração da ordem do dia das reuniões da CAE.

4. Outros Assuntos

Sem outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 18:14 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 abril 2020.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAPOULAS SANTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 12/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Lima Costa
Beatriz Gomes Dias
Bruno Dias
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Brás
Constança Urbano de Sousa
Duarte Marques
Isabel Meireles
Isabel Oneto
Luís Capoulas Santos
Paulo Moniz
Rita Borges Madeira
Sérgio Marques

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fabíola Cardoso
João Pinho de Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Miguel dos Santos
António Cunha
Bacelar de Vasconcelos
Cristina Rodrigues
Isabel Rodrigues
Paulo Pisco
Pedro Cegonho
Rosário Gambôa